

FEIRA LIVRE: TERRITORIALIDADE POPULAR E CULTURA
NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA

*MARKET PLACE: POPULAR TERRITORIALITY AND CULTURE IN
THE CONTEMPORARY METROPOLIS*

*FERIA LIBRE: TERRITORIALIDAD POPULAR Y CULTURA EN LA
METROPOLIS CONTEMPORÁNEA*

Gilmar Mascarenhas

Professor Adjunto
Programa de Pós-Graduação em Geografia/UERJ
gil.mascarenhas@terra.com.br

Miriam C. S. Dolzani

Mestranda em Ciências Sociais PPCIS/UERJ.
Socióloga e Especialista em Políticas Territoriais /UERJ
miriamdolzani@yahoo.com.br

Resumo

A feira livre representa uma experiência peculiar de sociabilidade e de uso da rua, uma tradição urbana tornada obsoleta pela expansão do automóvel e do moderno varejo, mas que luta para persistir na paisagem urbana. Através da territorialidade popular das feiras livres, buscamos desenvolver uma reflexão ampliada acerca de algumas das tendências mais gerais da metrópole contemporânea, portadora das novas formas de acumulação e de condições de sobrevivência material, de afirmação cultural e de busca do exercício da cidadania.

Palavras-chave: feiras livres, territorialidade, cultura, espaço público, modernidade.

Abstract

The Brazilian market place is a peculiar experience of street sociability. A kind of urban tradition which has become old-fashioned because the diffusion of automobile and modern retail, but in struggle to survive in the urban landscape. Through the popular territoriality of market places, we aim to develop a broad thinking about some general trends of contemporary metropolis, as a holder of new form of capital accumulation and present conditions of material survival, as well cultural claim and search of citizenship exercise.

Key-Words: territoriality, culture, public space, modernity .

Resumen

La feria libre representa una experiencia peculiar de sociabilidad y uso de la calle, una tradición urbana que por la difusión del automóvil y el moderno comercio se volvió obsoleta, pero que lucha por seguir presente en el paisaje urbano. A través de la territorialidad popular de las ferias libres, buscamos nosotros desarrollar una reflexión ampliada sobre algunas de las tendencias más generales de la metropolis contemporánea, como portadora de nuevas formas de acumulación y de sobrevivencia material, bien como de afirmación cultural y de ejercicio de la ciudadanía,

Palabras llave: ferias libres, territorialidad, cultura, espacio público, modernidad.

Introdução

No plano da vida cotidiana, a metrópole aglutina uma ampla diversidade de usos. Na vastidão do território urbanizado, multiplicam-se as formas de produção e de apropriação dos espaços. Por entre ou ao redor dos usos hegemônicos, do espaço de acumulação capitalista, se reproduz o espaço banal, *locus* da reprodução da vida cotidiana, animada por uma infinidade de pequenos agentes anônimos, seja em busca de formas de sobrevivência material, seja na busca da cidade-obra (Lefebvre, 1991), lugar do encontro, da troca, da vivência coletiva. Nestes lugares de realização da vida, os diferentes grupos sociais trabalham, consomem, realizam formas culturais e vivenciam os limites do exercício da escassa cidadania.

Concentramos nossa atenção na vida cotidiana da metrópole, pois ela desvenda e oculta os sentidos profundos da História. Sobre os homens simples que povoam o espaço banal, este mundo rico de densidade comunicacional e horizontalidades (Santos, 1996), nos lembra José de Souza Martins que são justamente eles, “os simples, que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação

científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível” (Martins, 2000:13).

Tomamos os espaços públicos como lugares privilegiados para o embate dos diferentes interesses e necessidades em jogo, pois a modernidade urbana maximiza o duelo entre os setores hegemônicos e os amplos segmentos marginalizados: os primeiros formatam e normatizam, ao seu interesse, os espaços da vida pública; os demais, quase sempre, se recusam a (ou são impedidos/incapazes de) participar desta *coreografia*, e recriam à sua maneira a vida cotidiana, se apropriando¹ *inconvenientemente* dos espaços públicos, ali instaurando, ainda que muitas vezes precária e brevemente, uma territorialidade alheia ao projeto dominante.

Enfim, se desejamos refletir sobre a vida na metrópole devemos nos voltar para o cotidiano, sobretudo para os lugares da cidade, microcosmos onde a vida e as formas de apropriação se revelam, pois “o homem não habita a metrópole, mas lugares da metrópole onde se desenrola a sua vida, marcada pelos trajetos cotidianos” (Carlos, 2004:11).

Neste sentido, refletimos no presente trabalho sobre a expressão de uma tradição urbana tornada obsoleta pelo automóvel e pelo moderno varejo, via de sobrevivência material e reprodução social, tomada como territorialidade popular. Como resultado de longa evolução dos mercados a céu aberto, de remota origem ibérica, redefinidos no contexto urbanístico da racionalidade higienista da *Belle Époque*, a feira livre representa uma experiência peculiar de sociabilidade e de uso da rua, que há décadas sofre acusações de obsolescência, pela difusão ilimitada da automobilidade e das modernas formas de varejo (sobretudo os supermercados)².

Enquanto lugar do vivido, enquanto campo do possível, a feira livre tem origem no contexto da modernidade urbana da virada do século XIX para o século XX, durante a Reforma Passos. Progressivamente, as feiras se tornaram territorialidades populares (Mascarenhas, 1997). Territórios formatados pelos setores hegemônicos para a

1 O termo apropriação é aqui tomado no sentido utilizado por Henri Lefebvre, como praxis de reação à gestão da vida cotidiana ditada pela propriedade, e/ou como estratégia do usuário frente aos processos hegemônicos de alienação e institucionalização da vida. Nas palavras de Seabra (1996:72), o conflito propriedade x apropriação promove “embates que se travam na textura fina da sociedade, e têm de subverter formas de uso, revolver costumes”.

2 Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, as feiras livres sofreram grande ameaça de extinção no transcorrer dos anos setenta (Mascarenhas, 1991). Em Buenos Aires, as chamadas feiras francas, similar porteño de nossas feiras livres, igualmente criadas no início do século XX, foram extintas neste mesmo período de modernização do varejo alimentar, simbolizado pelos supermercados.

realização da mercadoria, mas que por aglomerar multidões resultaram em expressivos espaços de sociabilidade. Uma sociabilidade alternativa ao projeto dominante, que se desenvolve marginalmente, nos interstícios destes territórios “econômicos”, como uma luta criativa contra a norma.

Como objetivo propomos, a partir do estudo das feiras, uma reflexão ampliada acerca de algumas das tendências mais gerais da metrópole contemporânea, geradora de nossos espaços sociais cotidianos, portadora das novas formas de acumulação e das condições hodiernas de sobrevivência material, de afirmação cultural e de busca do exercício da cidadania, através da territorialidade popular.

O texto se divide em dois segmentos. No primeiro, apresentamos as tradicionais feiras livres cariocas e o que delas sobrou no processo de urbanização capitalista. Ao resumir sua longa trajetória no espaço urbano, realçamos o espírito de modernidade em sua origem e sua persistência diante das adversidades. No segundo segmento, expomos o quadro analítico no qual fundamos nossa hipótese sobre a difícil sobrevivência das feiras livres, através da reflexão acerca da metrópole, cultura e territórios: a (pós) modernidade e suas ondas de renovação.

I – A trajetória da feira livre

A feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. Herança em certa medida da tradição ibérica (também de raiz mourisca), posteriormente mesclada com práticas africanas, está presente na maioria das cidades brasileiras, sobretudo naquelas com população superior a 300 mil habitantes (excetuando-se obviamente o Plano Piloto da capital federal, Brasília, pautado em princípios urbanísticos singulares). Desempenham ainda hoje papel relativamente importante no abastecimento urbano, apesar das políticas públicas adversas que tiveram de enfrentar nos últimos 30 anos.

Na cidade do Rio de Janeiro, a feira livre atua em praticamente toda a malha urbana, das zonas residenciais nobres³ aos mais distantes e pauperizados bairros da periferia metropolitana. A sociabilidade confinada e o temor da violência urbana crescente inauguraram nas últimas décadas um estilo de vida onde a rua perde seu significado tradicional de local privilegiado da convivência tranqüila, do lazer infanto-juvenil e de diversas possibilidades de interação na vida comunitária, para tornar-se árida via monopolizada pelo automóvel. A "morte" da rua (Holston, 1993; Choay, 1982) e todo seu folclore engloba a "morte" das feiras livres, literalmente ausentes nos bairros e cidades pautados pelo urbanismo progressista.

A complexa trajetória de um século de existência das feiras livres cariocas pode ser resumida em alguns parágrafos.

No bojo do processo de modernização do varejo, foi criada a feira livre no final de 1904. Inicialmente, por sua expressão reduzida, as feiras livres apresentam-se mais como efeito decorativo, um "ornamento da modernidade" (Mascarenhas, 1997), que propriamente como canal de abastecimento. Em 1916, todavia, a prefeitura do Rio de Janeiro resolve expandir a novidade, no bojo de uma gestão caracterizada pela abertura de estradas para facilitar o escoamento da produção alimentar das freguesias suburbanas e rurais (Reis, 1977:65). As feiras passam então a existir em número de 14, duas para cada dia da semana. Evoluem paulatinamente até constituir, no início dos anos trinta, um conjunto de 42 feiras (seis para cada dia da semana).

Aproximadamente, entre as décadas de 1920 e 1960, as feiras livres dominaram o varejo da cidade, provocando o fechamento de inúmeros pequenos estabelecimentos comerciais. Transformadas em centros periódicos de grande volume de negócios varejistas (algumas feiras chegavam a reunir regularmente mais de quinhentos feirantes num único dia), os feirantes passam a pagar elevados impostos à administração municipal, em valores que podiam, freqüentemente, ultrapassar os de estabelecimentos comerciais fixos (Silva, 1936:13). Ao mesmo tempo, verifica-se um processo de incorporação à feira livre de práticas comportamentais distintas daquelas para as quais foi concebida. Práticas que apontam para o exercício de formas de sociabilidade alheias ao projeto civilizador e excludente de Pereira Passos, e que de

³ Novamente a exemplo de Brasília, devemos excetuar a Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, que até nosso último levantamento, realizado em 1992, não apresentavam as feiras livres geridas pelo poder público municipal.

certa forma resgatam um pouco do ambiente informal das velhas quitandas e dos quiosques.

Nossa atenção está voltada particularmente para a natureza das formas de sociabilidade que se desenvolvem no interior deste *território* transfigurado, que é a feira livre. E novamente encontramos em Silva (1936) relatos essenciais, preocupado que está em reter curiosas *usanças* e *alocações* populares, entendendo ser a feira-livre um local privilegiado para tais manifestações que considera *folklóricas*: “*agrupamentos curiosos... núcleos que, semanalmente, imprimem uma nota pitoresca em vários cantos de nossa terra*”(Silva, 1936:7).

Pretendendo-se um estudioso diletante da cultura e dos comportamentos populares, o autor elenca uma série de passagens colhidas em suas visitas periódicas às feiras-livres cariocas, entre 1921 e 1934. Descreve os tipos sociais humildes e os diálogos entre eles, que, na postura elitista do autor, revelam sempre “*algo de imaginoso entre os rudes*” (Silva, 1936:8). Cita diversas piadas que considera obscenas (emitidas principalmente por lusitanos, “*que adoram as filhas coloridas do País* e que são dirigidas) dirigidas às moças *morenas* (nunca lhes atribui a cor negra), *criadas* (empregadas domésticas) a circular em ofício pela feira-livre, transportando sacolas. Toma tais momentos como transgressões, o que nos sugere a referência possível a um ambiente pretérito predominantemente austero, no tempo de Pereira Passos. Cita ainda a presença de um violeiro nordestino, sentado sobre um caixote de madeira, a entoar “*trovas brejeiras, aglomerando pessoas de mesma categoria, rindo e emitindo opiniões maliciosas*”(op.cit.p.36). Neste momento, passa um bonde (estamos na praça Sezerdello Correa, em Copacabana) e um “moreno” pendurado no estribo grita para a turma: “*Vamos ver, negrada!*”.

A cena revela não apenas a presença de elementos populares no cotidiano de uma feira-livre no bairro mais sofisticado da cidade de então. Mostra também a possibilidade destes elementos realizarem encontros festivos no interior da feira, exercendo espontaneamente formas de sociabilidade que possivelmente não seriam admitidas no período de Pereira Passos, marcado pelo conhecido elitismo segregador. Considerando-se como válida tal hipótese, estaríamos diante de um processo de incorporação à feira-livre de práticas comportamentais distintas daquelas para as quais foi concebida. Práticas que apontam para o exercício de formas de

sociabilidade alheias ao projeto civilizador vigente, e que de certa forma resgatam um pouco do ambiente informal das velhas quitandas e dos quiosques.

A partir dos anos sessenta, surgem e se difundem rapidamente na cidade os supermercados, grandes estabelecimentos pautados no auto-serviço e que logo estarão organizados em poderosas redes empresariais. Adaptados ao moderno sistema urbano (pautado na automobilidade), e contando com decisivo apoio governamental, os supermercados crescem em ritmo acelerado, formando em uma década, grandes cadeias de lojas, com atuação inclusive no exterior. O Grupo Pão de Açúcar, por exemplo, possuía já em 1974 mais de cem estabelecimentos, alguns em Portugal, Espanha e Angola.

Em 1970, o governo federal aprova o I Plano Nacional de Desenvolvimento, no qual explicita como um de seus objetivos a plena expansão das redes de auto-serviço nos grandes centros urbanos, em detrimento das feiras livres, consideradas como forma anacrônica de varejo. A feira livre, outrora símbolo da modernidade, implantada pelo próprio poder público, é agora seu filho bastardo, restando-lhe as áreas degradadas e miseráveis da "cidade maravilhosa". A territorialidade das feiras livres fica cada vez mais definida pelas constantes e arbitrárias intervenções governamentais.

Um projeto municipal de confinamento territorial das feiras livres se consolida em 1982, quando se resolve criar, de uma só vez, 72 novas feiras, a chamada "linha 2", para atender exclusivamente às áreas mais pobres e isoladas. Destas, 26 imediatamente sucumbiram, por não encontrar condições mínimas de operacionalidade, mesmo se tratando de um comércio periódico. Por ocasião de nosso último levantamento, realizado em 2004⁴, verificamos na linha 2 várias feiras com ínfimo número de barracas (10 a 20), todas operando com baixíssimo estoque e volumes de negócios, abrigando uma massa de desempregados, que ali não encontra mais que o suficiente para uma paupérrima reprodução material. Sem qualquer fiscalização por parte do poder público, estas novas feiras adquiriram um inédito poder de autogestão. Têm liberdade para deslocar-se dentro da mesma rua ou para ruas vizinhas, conforme interesse dos feirantes. Não encontram limites para operacionalizar seus negócios: não há horários

⁴ Miriam Dolzani, quando bolsista de iniciação científica CNPq de nosso projeto, entre 2003 e 2004, revisitou o universo de 14 (quatorze) feiras que compôs a amostragem utilizada em minha dissertação de mestrado, defendida em 1991, mas com dados levantados em 1989. Portanto, quinze anos decorreram entre os dois levantamentos, permitindo uma visualização das transformações e tendências gerais da feira livre neste período.

definidos, impedimento de quaisquer produtos, forma de exposição etc. Um autêntico mergulho na economia informal, e um certo retorno às velhas quitandas.

Importante lembrar que o conflito entre feirantes e supermercados não se restringiu às esferas econômica e jurídico-política. No plano do imaginário, recriam-se as feiras livres como territórios do desconforto, do informal, do transtorno, do atraso, do barulho e sujeira das ruas, enquanto os supermercados são massivamente apresentados como portadores do novo, do belo, do conforto, do "american way of life". A grande imprensa, entre 1969 e 1974, intensifica brutalmente o volume de reportagens sobre aspectos negativos das feiras livres (insegurança, sujeira, atravancamento do tráfego), mesmo numa época em que ainda funcionavam com performance bastante satisfatória.

Em muitas ocasiões se levantou a absurda hipótese de suspensão definitiva de todas as feiras livres, no Rio de Janeiro, em São Paulo, e várias outras cidades brasileiras (Mascarenhas, 1991), a exemplo do que ocorreu em Buenos Aires. Entretanto, como forma de sobrevivência para milhares de famílias de baixa renda, a feira livre vem persistindo, resistindo ao processo acentuado de negação da rua, do espaço público de franco acesso, que vem marcando a urbanização brasileira nas últimas décadas. Trata-se não apenas de garantir aos pobres uma forma de geração de emprego e renda, ou de oferecer ao consumidor urbano uma alternativa a mais para aquisição de uma gama de produtos. Trata-se de preservar a rua como lugar de encontro. De preservar uma tradição popular urbana. Uma questão de cidadania.

II –Metrópole, territorialidade e cultura no contexto da modernidade

A cidade moderna é um inconstante mosaico de espaços de sociabilidade. A coexistência de tempos, agentes e processos os mais díspares confere à vida metropolitana grande diversidade e riqueza de possibilidades. Possibilidades de realização do lucro, de formas de sobrevivência material imediata, de festa, não obstante a existência de normas e limites de uso e apropriação do território urbano.

A modernidade se impõe como atmosfera portadora não apenas de todo um conjunto de novas expectativas e práticas sociais, mas também de decisivas

transformações na espacialidade urbana, destruindo velhas urbanidades (Lefebvre, 1991) e as substituindo por novos formatos .

Uma característica marcante da modernidade se faz presente na obra de Berman (1990): o incessante fluxo de mudança, a efemeridade. Não é preciso mais olhar para o passado e nem para os antepassados, o futuro, sobretudo, passa a ser nossa diretriz. E menos ainda nos render aos dogmas cristãos ou místicos, possuímos a razão para nos esclarecer. Nada é petrificado, a não ser a obrigação de sempre mudar. E, para aqueles que acreditam no progresso, mudar para melhor.

Assim o autor explica uma tendência quase doentia da modernidade em destruir tudo aquilo que destoa, tudo aquilo que represente o passado e, portanto, o atraso. Esta concepção será muito importante para nós ao que parece hoje ser um dos principais motivos de rejeição a feira livre: o fato dela estar em desacordo com o restante da paisagem moderna da cidade.

Podemos atestar, portanto, que neste eterno jogo de “modernização da modernidade” nenhum evento ou edificação estará garantido. Sendo assim, a feira livre será priorizada segundo as medidas tomadas pela administração local enquanto atender os anseios desta população culturalmente moderna, que facilmente substituirá “velhas formas” por “novas formas” de comércio conforme estas lhe parecerem mais a direita da linha do progresso.

O aspecto do controle e autocontrole sugerido por Elias (1990) está muito presente na lógica da feira livre. O Processo civilizador exigiria um estado psíquico específico. O controle externo de condutas, feito por outras pessoas e por instituições, na forma de pessoas investidas em cargos, acabaria sendo internalizado com o tempo. Havendo assim uma passagem do controle para o autocontrole, quando condutas e sentimentos são afetados. Outros fatores essenciais para o sucesso do indivíduo moderno em sua sociedade seriam a previsão e a moderação. A previsão trata da capacidade de prever a consequência de seus atos concomitantemente com suas ações. Isso faria deste indivíduo um sujeito precavido e com a menor margem de riscos possível.

Este raciocínio nos faz pensar a organização imposta à feira livre pelos órgãos administrativos públicos. Para que haja um melhor aproveitamento das atividades do feirante prescinde-se uma ordem, controle e previsão sem o qual este tipo de comércio

não seria possível. Imaginem o cliente nunca saber ao certo se na feira encontrará ou não a barraca desejada. Ou se os produtos de uma barraca acabam antes do fim da feira, deixando consumidores desejosos. Ou ainda se o feirante não calcular racionalmente quanto tempo levará no percurso casa-atacado-feira, arriscando só conseguir chegar por volta do meio-dia ao local de destino, descumprindo todo o contrato com os governantes. Portanto, somos obrigados a concordar com Elias, torna-se impossível qualquer atividade no interior de uma média ou grande cidade sem que um planejamento racional seja feito.

Podemos ainda analisar a feira livre segundo o sentimento de comunidade de Bauman (2003). Comunidade seria o estado em que se encontram todas as agregações humanas que são auto-suficientes e densamente interligadas. Nelas, não haveria espaço para o consenso, pois este seria gerado pelo desacordo, fruto de diferentes influências externas em uma dada comunidade. No ambiente festivo e amistoso da feira livre, em que brincadeiras acontecem com frequência, é restituído um pouco do sentimento de solidariedade e simpatia perdida na sociedade moderna. É fato que estes sentimentos não serão legítimos, uma vez que a feira livre está inserida na sociedade moderna e é criação desta. Mas, em contraposição ao ambiente frio e formal dos supermercados, as feiras constituirão um verdadeiro reduto comunitário dentro da cidade de concreto. E menos artificial que os condomínios fechados com parques e lagoas particulares, já que estarão em ambiente aberto, público e espontâneo.

Nesta condição, ocorrerá o que Harvey (1993) entende por compressão espaço-tempo, ou seja, processos que alteram a qualidade objetiva do espaço e do tempo modificando a forma como representamos o mundo. Uma aceleração no ritmo de vida exigido pelo capitalismo avançado facilitado pelas novas formas de vencer barreiras no espaço via novas tecnologias.

A feira livre, sob esta nova ótica, torna-se um território desprezado pelas políticas públicas por não estar em compasso com as novas tendências econômicas e culturais mundiais. Tornando-se uma área considerada sem valor na perspectiva do capitalismo informacional (Castells, 1999), privada de uma infra-estrutura tecnológica que a permita comunicar e inovar, o que podemos comprovar observando a pouquíssima

atenção⁵ com que o poder público tem tratado este comércio. Uma atividade que, apesar de estar em desarmonia com as exigências de mercado consideradas primordiais atualmente para que um empreendimento seja bem sucedido, tais como apelo midiático, inserção no sistema financeiro virtual e investimento constante de capitais, representa em suas características de exclusão e desatenção pela administração pública, um *lôcus* intrinsecamente pós-moderno quanto às conseqüências cruéis que este modelo pode gerar.

Breves considerações finais

“No Brasil (...) as cidades são capitalisticamente planejadas (...) com vistas à fascinação e ao esmagamento das diferenças (...) No entanto, a essas concepções espaço-temporais entronizadas - seja por meio da arquitetura/urbanismo, seja por meio dos múltiplos dispositivos de contabilização dos tempos sociais - sempre se opuseram outros processos simbólicos, oriundos das classes ditas subalternas” (Muniz Sodré, O Terreiro e a Cidade, Petropolis, Vozes, 1988:17).

Vimos que a feira livre surge como iniciativa modernizante para substituir o tradicional mercadejar colonial, ambulante e quitandeiro. Surge como símbolo de ordem, higiene e progresso. A rua como espetáculo organizado, a estética colorida das barracas padronizadas, sua disposição geométrica, cada feirante devidamente enquadrado com sua numeração e seu lugar precisamente demarcado, os horários de início e término vigiados rigorosamente pelo policiamento. Mas vimos o ruidoso processo de apropriação deste espaço de sociabilidade a partir nos anos 1930, devolvendo à rua o sentido tradicional de lugar de encontro. Carlos (2004: 51), nos alerta que sapateiros, açougues, armarinhos etc. são muito mais que meros pontos de troca de mercadoria ou de prestação de serviços: são lugares de encontro, da “prosa diária”. As feiras certamente realizam esta função.

Enquanto espaço da vida cotidiana, a feira livre viu sua sobrevivência ameaçada sobretudo a partir da década de sessenta, quando o automóvel invade a rua, rejeitando a feira livre e outras formas de apropriação coletiva das vias públicas. O mesmo

⁵ Informação colhida durante a pesquisa realizada nos anos de 2003 e 2004 junto aos órgãos responsáveis pela administração da feira livre baseada no ínfimo número de fiscais, em torno de quatro

automóvel que, ao propiciar ampla mobilidade intra-urbana, promove o surgimento e expansão do “moderno varejo” (supermercados e depois os shoppings centers), a condenar a feira livre. Mas a reprodução social da cidade requer lugares para os excluídos da ordem dominante realizarem sua sobrevivência material cotidiana. Requer também espaços de sociabilidade para além do confinamento confortável das modernas opções de consumo. Por isso as feiras resistem na paisagem urbana contemporânea: a grosso modo, pode-se dizer que por um lado há os que precisam sobreviver materialmente, por outro aqueles que, resolvida a questão material, zelam pela sobrevivência sócio-cultural.

A rotina consagrada da sociedade burocrática do consumo organizado, dizia Lefebvre, empobrece a sociabilidade e o cotidiano. Mas a contradição não se dissipa, pois o novo se confronta com a permanência. E o espaço abriga esta coexistência de tempos e usos, propriedade e apropriação. No estádio, a torcida organizada persiste, não se reduz a condição de passivo consumidor de um espetáculo. O próprio supermercado recria em seu interior a “ferinha” enquanto forma, mas não pode recriar a figura do feirante, conhecedor profundo das particularidades da freguesia e da natureza dos produtos que vende, e com autonomia para barganhar o preço.

A feira, com mais de um século de história na cidade do Rio de Janeiro, tão presente no cotidiano carioca quanto criticada, guarda uma trajetória muito peculiar em relação ao significado primordial da modernidade: a incessante mudança. Surgindo em 1904 para substituir formas de comércio não mais aceitas no âmbito de uma cidade que ambicionava chegar ao patamar de centro cosmopolita, é ultrapassada pelo tempo até chegar a condição precária que outrora delegou a quitandas e ambulantes.

Hoje a feira recebe o mesmo tratamento pejorativo com o qual seus adversários comerciais foram taxados há cento e um anos atrás. Anacrônica, atrasada e inadequada são alguns dos adjetivos que agora lhe cabe. A feira não acompanhou o ritmo frenético da modernização, e ficou quase como uma gota cristalizada no tempo corrido do progresso. Perdendo espaço para os supermercados que ficaram cada vez maiores, mais sortidos, mais seguros, higiênicos e confortáveis, modalidade que cai como uma luva no apressado tempo do indivíduo de nossa época.

profissionais, para todo o município do Rio de Janeiro.

Podemos perceber o quanto os princípios de ordem, higiene e controle estiveram próximos em todos os momentos da feira, e em quantas formas eles podem se apresentar. E mesmo quando não praticados, o quanto são percebidos justamente por sua ausência.

Um comércio onde o sujeito moderno é obrigado a interagir animadamente com estranhos e a se confrontar a um misto de formas, cores e cheiros que seus olhos não são capazes de discernir ou classificar rapidamente. Podemos dizer, talvez, que a feira livre seja uma filha rebelde da modernidade que insiste em desafiá-la.

Referências bibliográficas

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro Jorge Zahar/IPLANRIO, 1987.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. *Terra Livre*, (Geografia: Espaço & Memória), n.10, jan-jul.1992, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1992.

BARBOSA, Jorge Luis. *Modernização Urbana e Movimento Operário*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ, 1990.

BAUMAN, Zygmunt.. *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003.

_____. *Globalização: As Conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 1999.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Coleção Biblioteca Carioca, volume 11, 1990.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Cia. das Letras. 1990.

CARLOS, Ana F. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo em questão*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1982.

CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio (A Era da Informação : Economia, Sociedade e Cultura, vol 3)*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, Roberto. A geografia cultural e o urbano. In: _____ e ROSENDAHL, Z. (orgs.) *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 1667-186.

COSTA, Mario. *Feiras e Outros Divertimentos Populares em Lisboa* Lisboa, Oficinas Graficas do C.M.L, 1950.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.

ELIAS, Norbert.. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1990.

FOUCAULT, Michel *Vigiar e Punir*. Editions Gallimard. Petropolis, Rio de Janeiro. 1975.

_____. *Microfísica do Poder*. Portinho Cavalcanti Editora. Rio de Janeiro. 1982.

FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GUIMARÃES, Olmária. O Papel das Feiras Livres no Abastecimento da Cidade de São Paulo, São Paulo, USP, Série Teses e Monografias, n.22, 1968.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Edições Loyola, 1993.

- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.
- LYOTARD, J.F. *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1986
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo, Editora Moraes, 1991.
- _____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco. *História Política do Abastecimento*. Brasília: Binagre, 1979.
- MARTINS, José de S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MASCARENHAS, Gilmar. *O Lugar da Feira Livre na Grande Cidade Capitalista: Conflito, Mudança e Persistência (Rio de Janeiro: 1964-1989)*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ, 1991.
- _____. *The Territoriality of the Street Markets in Rio de Janeiro*. *The European Geographer*, Lisboa: Associação de Jovens Geógrafos, volume 9/1995, pp. 112-118.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 234 p.
- PARGA, Eduardo Lucas. *Entre Fazendas, Secos e Molhados: o Pequeno Comércio na Cidade do Rio de Janeiro (1850 - 1875)*. Dissertação de mestrado em História Social, UFF, 1996.
- PEREIRA, Sonia Gomes. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a construção da Identidade Carioca*. Rio de Janeiro, UFRJ, ECO, Serie Teses e Dissertações 2, 1996.
- REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus Prefeitos: evolução urbanística da cidade*. Rio de Janeiro, Prefeitura Municipal, 1977.
- SCOTT, Allen. *The cultural economy of cities*. *International Journal of Urban and Regional*
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *A Insurreição do Uso*. In: MARTINS, Jose de Souza (org) *Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética*, São Paulo, Hucitec, 1996.

SILVA, Antonio Carlos Simoens. Feiras Livres no Distrito Federal: Hábitos e Costumes Populares. Rio de Janeiro, Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1936.

SODRÉ, Muniz. *O Terreiro e a Cidade*. Petrópolis: Vozes, 1988.

Recebido para publicação em maio de 2008
Aprovado para publicação em junho de 2008